

A luta pela terra do movimento zapatista: uma força revolucionária¹

Angela López Cantero (UFCG)

Introdução

O presente trabalho consiste numa breve descrição da história política do movimento zapatista desde o levantamento armado em Chiapas, no México, no dia 1º de janeiro de 1994. Passaram já vinte anos desde o levantamento e ainda o movimento zapatista está se organizando de forma autónoma nos seus territórios liberados.

As fontes que dão lugar a este trabalho são tanto académicas (leitura de textos e artigos de intelectuais que estudam a temática zapatista), assim como da experiência de uma viagem realizada à Chiapas nos meses de fevereiro e março de 2012 com o objetivo de conhecer a realidade da luta zapatista, ao mesmo tempo que apoiar a causa zapatista através das Brigadas Internacionais. As Brigadas Internacionais consistem num apoio internacional contra a opressão aos zapatistas por parte do governo mexicano. Desde o levantamento em 1994 e a consequente libertação dos territórios autónomos zapatistas na região de Chiapas, grupos de militares e paramilitares tentam diminuir a força do movimento mediante estratégias tão variadas como a intimidação, a compra de consciências através de incentivos económicos, e até enfrentamentos armados e incluso assassinatos de mulheres e crianças (como ex. os assassinatos de Acteal o dia 22 de dezembro de 1997, no qual mataram a 45 mulheres e crianças zapatistas que estavam orando na Igreja).

Desse modo, consegui ter uma mínima visão para conhecer o que aconteceu e acontece na região de Chiapas, nos territórios zapatistas. Todo isso foi possível devido a: em primer lugar, a preparação para a estadia como Brigadista Internacional nas comunidades zapatistas durante uma semana em Madrid através de uma ONG de apoio ao movimento zapatista (La Plata); em segundo lugar, a chegada no México e na região de Chiapas, assim como o curso preparatório na Instituição de Direitos Humanos Fray Bartolomé de la Casas em San Cristóbal de las Casas (Chiapas, México) e, finalmente, a estadia na comunidade zapatista de Aguas Claras, num hotel construído pelo Governo

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

Federal mexicano em território zapatista com objetivos turísticos nas cachoeiras do rio Aguas Claras e ocupado pelo EZLN e as Bases de Apoio ao exército zapatista (BAEZLN) há mais de cinco anos. Nessa estadia, os brigadistas internacionais convivíamos com os “compas” (como eles se chamam entre eles), membros das BAEZLN, e éramos partícipes do que acontecia. Nossa missão era a de denunciar qualquer abuso de poder por parte das autoridades (o exército e a Polícia Federal têm proibido entrar nos territórios autônomos zapatistas), ou os enfrentamentos internos com os moradores não zapatistas, que em sua maioria apoiavam o governo do principal partido mexicano: o Partido Revolucionario Institucional (PRI).

Breve história da revolução zapatista

Chiapas é uma região no sudeste do México caracterizado por uma história prejudicada pelas desigualdades sociais e econômicas do país. Sendo uma região muito rica em recursos naturais, é uma das regiões mais pobres e exploradas (GENNARI, 2006). A reforma agrária no México não chegou à região chiapaneca. A maioria dos habitantes de Chiapas são indígenas de origem maia, explorados economicamente e ignorados socialmente.

O descontento político e social, geral em todo o país, e em particular nessa região, fez surgir um movimento revolucionário que se organizou através do EZLN: o Exército Zapatista de Libertação Nacional. O EZLN foi criado no dia 17 de novembro de 1983, num clima político de repressão aos movimentos sociais (GENNARI, 2006). No começo, foi constituído por seis militantes, dentre eles cinco eram homens e uma mulher, três deles eram indígenas e três não indígenas, mas sempre estiveram em contato com a maioria indígena da região e a cultura de origem maia. As principais etnias indígenas que habitam a região de Chiapas são: Tzeltal, Tzotzil, Chol e Tojolabal de origem maia, e zoques e chiapanecos de origem não maia. A etnia majoritária é a etnia Tzeltal, mas depende do lugar da região.

A partir de então, o EZLN foi crescendo e ganhando seguidores que apoiavam o movimento revolucionário, a ideia era se preparar para um levantamento no momento certo, tanto militarmente como preparar as consciências, construir a ideologia do movimento em conjunto. O EZLN influenciou nas comunidades chiapanecas da mesma forma que as comunidades indígenas influenciaram na organização e consolidação do

EZLN, que chegou a estar formado por uma maioria indígena, deixando uma marca cultural muito forte no próprio exército zapatista e na ideologia da luta (GENNARI, 2006). O nome do movimento é “Zapatista” em homenagem a Emiliano Zapata, precursor da Revolução Mexicana de 1910.

O contexto nacional nos anos prévios ao levantamento armado estava gestando o descontento definitivo que fez ao EZLN decidir fazer efetiva sua ação. Em primer lugar, a fraude nas eleições de 1988, que deram lugar ao vencimento do priista Carlos Salinas como presidente do governo; em segundo lugar, a queda dos preços do café que casou prejuízo para os camponeses. Ao mesmo tempo, o EZLN começou a perceber que o exército mexicano não estava tão preparado e, por último, foi decisivo o descontento criado pela reforma de Carlos Salinas do artículo 27 da Constituição, pelo qual os “ejidos” (terras coletivas) passavam a ser tratados como mercadoria privada que podiam ser comprados e vendidos (GENNARI, 2006).

Nesse contexto político e social nacional, o EZLN aproveitou o dia da entrada em vigor do NAFTA para surgir e ocupar as principais cidades de Chiapas. O levantamento armado foi no dia 1º de janeiro de 1994. Segundo Neil Harve, “un ejército de más de tres mil indígenas se alzó en armas en contra del gobierno de Carlos Salinas de Gortari” (HARVEY, 2011:165).

O EZLN entrou e ocupou as cidades de San Cristóbal de las Casas, Altamirano, Las Margaritas, Oxhuc, Huixtán, Chanal e Ocosingo (GENNARI, 2006). A partir desse momento começaram 12 dias de luta armada no enfrentamento entre o EZLN e o exército mexicano (SPEED, 2011)

O Comité Clandestino Revolucionario Indígena lê nesse dia de 1º de janeiro a “Declaração da Selva Lacandona”, na qual expressam as intenções do movimento zapatista, assim como sua ideologia revolucionaria. Principalmente, as reivindicações do movimento era a mudança política, exigindo Democracia, Justiça e Liberdade, os três eixos da ideologia zapatista.

A ideia do levantamento era liberar as comunidades indígenas de Chiapas do governo mexicano, proclamando a autonomia zapatista. A proposta do governo zapatista era “fazer política a partir de baixo”, baseado na frase que resume a ideologia política zapatista: “o povo manda, o governo obedece” (GENNARI, 2006). Na Declaração da

Selva Lacandona pedem o apoio do povo mexicano no projeto zapatista que luta por “trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz” (GENNARI, 2006).

A reação da sociedade civil foi tão inesperada tanto para os zapatistas como para o governo mexicano. Não apoiavam a guerra, mas também não condenavam os zapatistas, como foi demonstrado num protesto massivo pela paz na Cidade do México, reivindicando uma saída pacífica e uma solução política ao enfrentamento (GENNARI, 2006). Nesse caso, o EZLN chegou na conclusão de que tinha que mudar de estratégia para estar mais unido ao povo mexicano, porque seu apoio era imprescindível. A reação do governo de Salinas depois do protesto da sociedade mexicana foi cessar o fogo e começar as negociações de diálogo.

A partir desse momento, o dia 12 de janeiro de 1994, o EZLN deixou as armas e começou um processo de negociações com o governo que continua até hoje, “*uma longa série de idas e vindas, encontros e desencontros com a sociedade civil e com o governo*” (GENNARI, 2006).

Desde a Primeira Declaração da Selva Lacandona (1º de janeiro de 1994), na qual os zapatistas deixaram clara sua ideologia e as intenções de mudança política e social que pretendia o movimento, foram proclamadas até agora até seis Declarações, que configuram as reivindicações zapatistas, assim como estabelecem a organização política autônoma e sua relação com o governo mexicano, nacional e regional.

A organização política Zapatista

Reconhecendo-se como “indígenas mexicanos”, os zapatistas não deixam de se relacionar com o Estado mexicano, mas estabelecem uma relação diferente, reivindicando seu direito de autogovernar-se (CERDA, 2011).

O processo de negociação política com o governo foi lento. A finais de 1995 os dirigentes zapatistas acordaram com o governo que iriam ter cinco “mesas” de negociação específica sobre diferentes temáticas, sendo a primeira delas “Direitos e Cultura Indígena” (SPEED, 2011).

As conversas dessa mesa pareceram ter sucesso quando acabaram em fevereiro de 1996 com a firma dos “Acuerdos de San Andrés”. Estes acordos reconhecem

especificamente os direitos dos povos indígenas para desenvolver suas formas próprias de organização social, cultural, social, política e econômica, reconhecendo os sistemas normativos internos sempre que não se oponham aos Direitos Humanos e as garantias da Constituição Nacional (SPEED, 2011). Nesse caso, é interessante a história de “Chuli”, um camponês zapatista que fala que os zapatistas podem ter várias mulheres como esposas ao mesmo tempo, mas sempre com o consentimento destas, já que se alguma delas não aceita, pode denunciar à Justiça Nacional Mexicana e ele é penado e multado (história recolhida no trabalho de campo, Março, 2013).

Os Acuerdos de San Andrés reconhecem os direitos para:

“... designar libremente a sus representantes en la comunidad así como a los funcionarios del gobierno municipal y los líderes de los pueblos indígenas de acuerdo con las instituciones y tradiciones de cada pueblo”, y para “promover y desarrollar sus lenguas, culturas, así como sus costumbres y tradiciones políticas, sociales, económicas, religiosas y culturales” (Acuerdos de San Andrés, acerca de Derechos y Cultura Indígenas, 1999:35)

Desse modo, os acordos reconheciam os direitos de autonomia política para escolher os próprios representantes e comprometia o governo na tarefa de defender a cultura indígena específica.

Os “Acuerdos de San Andrés” incluíram o compromisso de reconhecimento constitucional dos povos indígenas e o direito de autodeterminação exercido num marco de autonomia (SPEED, 2011). A partir desse momento, o reconhecimento institucional dos direitos indígenas e a autonomia passaram a ser reivindicações chaves do movimento zapatista.

O contexto no qual aconteceu a assinatura desses acordos foi influenciado pelas leis internacionais, concretamente o Convenio 160 da Organização Internacional do Trabalho, firmado e ratificado pelo Estado de México em 1990, passando a ser uma lei constitucional (SPEED, 2011).

O problema é que os “Acuerdos de San Andrés” foram mais um disfarce do governo do que uma realidade. A Comissão de Concordia e Pacificação (COCOPA) foi o órgão legislativo encarregado do processo de negociações, mas quando os Acuerdos foram apresentados ao poder executivo, o presidente mexicano Ernesto Zedillo parou o processo. Ele se negou a aceitar o acordado, e isso fez mais forte as reivindicações de

autonomia dos zapatistas (SPEED, 2011). Pouco tempo depois, o EZLN abandonou o processo de negociação porque pelo incumprimento dos Acuerdos por parte do governo.

A partir desse momento, os zapatistas começaram a construir unilateralmente seu projeto de autonomia (SPEED, 2011). Embora já em 1994 foram estabelecidos os “municípios rebeldes”, foi a partir de 1997, após o fracasso dos “Acuerdos de San Andrés”, que os municípios autônomos emergiram como um espaço para a organização e resistência, assim como para a luta pela autonomia indígena. As comunidades zapatistas estabeleceram seus próprios governos locais e começaram a criar seus próprios sistemas de educação, saúde, agricultura, etc. (SPEED, 2011).

Após anos de idas e vindas nos processos de negociação, finalmente, em abril de 2001, o Congresso mexicano aprovou uma versão alterada dos acordos originais, que foi aprovada em 2002 (SPEED, 2011). Nessa lei, o governo colocou uma série de restrições à autonomia indígena. Em agosto de 2003, os zapatistas anunciaram a criação de cinco “Caracoles”, como sedes das “Juntas del Buen Gobierno”. A função das “Juntas” era executar projetos comunitários nos municípios autônomos, assim como levar em prática as leis decididas pelas próprias comunidades e governando os territórios autônomos. Nesse momento, os zapatistas conquistaram autonomia legislativa e executiva.

A base da ideologia política zapatista era “mandar obedecendo”, e esse era o princípio essencial das Juntas del Buen Gobierno. Para os zapatistas, o poder residia no povo, na própria comunidade. As autoridades tinham a responsabilidade de procurar o consenso da comunidade, não tomar decisões unilaterais sem a consulta e a aprovação do povo que representam (SPEED, 2011).

O nascimento dos cinco “Caracoles” e as “Juntas del Buen Gobierno” foi uma conquista nas negociações de autonomia com o Estado Mexicano. Os zapatistas estavam fazendo independentemente a reafirmação na prática de seus direitos como povos indígenas autônomos sem precisar do reconhecimento legal do Estado (SPEED, 2011).

Desse modo, os zapatistas estavam criando um projeto político “abajo y a la izquierda”², deixando de se apoiar nos governos e procurando alternativas fora do sistema de partidos (HARVEY, 2011).

² www.enlacezapatista.ezln.org.mx

A “Sexta Declaración de la Selva Lacandona” (de junho de 2005) foi uma nova reafirmação do compromisso dos zapatistas com a luta pacífica e política baseada no diálogo internacional e nacional com aqueles que apoiam a ideologia zapatista (HARVEY, 2011). Os principais objetivos incluíram a elaboração de um programa nacional de luta pela transformação política e econômica do país, a formulação de uma nova Constituição nacional e a promoção de novas formas de participação política (HARVEY, 2011). Desse modo, os zapatistas mexiam com as políticas nacionais e continuavam com a crítica do governo institucional propondo alternativas.

Como alternativa, surgiu o que se conhecem como “La Otra Campaña”. Em agosto e setembro de 2005 uma grande quantidade de grupos e indivíduos participaram em Chiapas de cinco encontros para debates os objetivos de esta campanha nacional alternativa (HARVEY, 2011). Iriam começar a enviar delegados políticas pelas comunidades do país, e essa campanha política alternativa foi chamada “La Otra Campaña” com o objetivo de se distinguir das campanhas eleitorais dos partidos políticos institucionais.

Ao mesmo tempo, convocaram um encontro internacional contra o neoliberalismo. Este encontro foi realizado em Chiapas no final de dezembro de 2006, com uma grande quantidade de assistentes de todo o mundo (HARVEY, 2011). Desse modo, o movimento zapatista demonstra sua intenção de extrapolar os limites regionais e nacionais, procurando se juntar com os adversários do sistema neoliberal de todo o planeta (LÖWY, 2012).

“La Otra Campaña” é um exemplo de como os zapatistas estão querendo conectar as experiências locais, nacionais e internacionais. Significa reunir grupos de todo o mundo para conhecer os problemas e as lutas particulares contra o mesmo objetivo global, o neoliberalismo. A intenção dessas reuniões internacionais era juntar as forças locais contra um inimigo comum, para ter maiores níveis de solidariedade e cooperação entre todos os movimentos (HARVEY, 2011). Para os zapatistas, “La Otra Campaña” não é um meio para dar soluções particulares aos problemas de cada comunidade, mas sim um esforço coletivo para criar um forte movimento social que lute contra o capitalismo e que se comprometa com uma luta por uma nova Constituição política.

Reflexões finais

O movimento zapatista pretendo a mudança social através da conquista de direitos. No começo, quando as demandas eram amplias- reforma do Estado, democratização- estavam expressados na linguagem dos direitos, mas este ficou mais forte no discurso público no momento que o movimento se centrou na reivindicação do direito da autonomia.

Desde o começo, o movimento zapatista mantinha um processo alternativo as negociações com o Estado que implicou uma estrutura política, legal e de poder diferentes (SPEED, 2011). Após um longo período de negociações com o governo mexicano, depois do fracasso dos “Acuerdos de San Andrés”, os zapatistas renunciaram a qualquer tentativa de solicitar ao Estado o caminho para a mudança social, sendo eles próprios os protagonistas da mudança interna. Através dos Caracoles e as Juntas del Buen Gobierno, o projeto zapatista configurou uma estrutura de poder alternativa, como uma dinâmica de resistência e autonomia (SPEED, 2011).

Como comenta o antropólogo mexicano e estudioso do movimento zapatista Gilberto López y Rivas (2011):

No caso zapatista, observamos a construção de um poder popular distinto. Quando dizem que os zapatistas não querem o poder é porque neles se dá uma situação única e inédita em relação a todos os grupos guerrilheiros da América Latina: o EZLN com muita consciência retirou todos os quadros político-militares dos governos autônomos zapatistas, e suas juntas de bom governo são totalmente civis. Então, seu lema “para todos, tudo; para nós, nada” deve ser explicado nesse sentido: eles não querem ter um governo de militares, mesmo que sejam militares do povo, e por isso se tiram todos os quadros. [...] Os governos autônomos zapatistas se baseiam em duas palavras: “mandar obedecendo”. Isso significa, em primeiro lugar, a rotatividade permanente dos cargos do governo; em segundo, a revogação do mandato; em terceiro, a concepção do governo como serviço (ou seja, nenhum governante ou governanta recebe qualquer pagamento por estar nas funções); em quarto, não se cria uma burocracia, uma elite política, uma classe política ou políticos profissionais. Essa é a maneira como as cinco juntas de bom governo estão funcionando.

Como vemos, a organização política do movimento zapatista se baseia num processo revolucionário que é um processo de toma do poder diferente, consistindo em construir uma estrutura de poder autônoma, independente e alternativa.

Como reflete Shannon Speed (2011), esta autonomia indígena constitui um desafio para o Estado neoliberal, não pela ideia de “separatismo” (pois os zapatistas continuam se sentindo mexicanos), mas sim por proporcionar alternativas simbólicas e materiais ao domínio neoliberal. Os zapatistas oferecem uma estrutura de poder baseada em distintas lógicas de domínio, na toma de decisões coletivas e no conceito de “mandar obedecendo”, assim como a afirmação da pluriculturalidade e diversidade do coletivo (SPEED, 2011). A construção da autonomia na prática, independentemente do reconhecimento do Estado, consiste numa conquista zapatista e uma demonstração dos limites de poder do Estado.

No debate teórico e político sobre os zapatistas, existem várias posições com respeito a estratégia zapatista da toma de poder. Como comenta Neil Harvey (2011), existe a posição de Holloway (1998) que considera que os zapatistas conseguiram uma outra forma de fazer política. Em lugar de tomar o poder para eles mesmos, o zapatista cria um projeto coletivo para configurar os espaços de poder conjuntamente. A estratégia deles não é a toma do poder institucionalizado, mas sim a construção de uma estrutura de poder alternativa, democratizando as relações de poder em todos os âmbitos da sociedade (HARVEY, 2011).

Por outro lado, existe a postura teórica de que não tem como querer o poder sem tirar a elite política dominante do poder. Considero interessante o argumento que Neil Harvey comenta sobre a ideia de Boron (2002), que considera que o ênfase pós-moderno da diversidade e da autonomia local é um sintoma da retirada da esquerda da luta de classes, achando que os movimentos populares não podem deixar de lado a necessidade de lutar pelo poder do Estado. Outro autor que apoia essa ideia crítica ante o pós-modernismo e o relativismo cultural é Javo Ferreira (2010), considerando que uma excessiva ênfase na diversidade cultural prejudica a luta global por um processo revolucionário internacional.

Nesse debate da esquerda sobre as estratégias de toma do poder podemos entender que existe a consciência de que o problema é global, ante um inimigo comum, o sistema neoliberal. Existem os intelectuais que consideram necessário uma estratégia revolucionária global ante um problema global, fazendo a crítica de que não pode procurar uma solução específica ante um problema mundial. Nesse caso, os zapatistas adotaram essa estratégia, embora são conscientes da repercussão global dos problemas

que ocasiona o neoliberalismo. Os zapatistas optaram por uma estratégia local e autônoma para ser independentes do sistema que rejeitam. Mas, ao mesmo tempo, continuaram com a crítica de esquerda ao sistema neoliberal, criando um espaço internacional de debate e luta conjunta, reunindo as forças de todos os movimentos sociais internacionais, como demonstraram com as reuniões internacionais dos inimigos do neoliberalismo. A estratégia de luta dos zapatistas não deixa de ser uma revolução porque não perseguem a toma do poder institucional, mas sim querem uma união das forças alternativas e críticas internacionais, para construir um projeto alternativo que deslegitime a estrutura de poder atual.

Referências bibliográficas

BARONET, B., MORA, M. e STAHLER-SHOLK, R. (coordenadores). **Luchas “muy otras”**. Zapatismo y autonomia en las comunidades indígenas de Chiapas. México: UAM-Xochimilco, CIESAS, UNACH, 2011.

CERDA GARCÍA, Alejandro. Construyendo nuevas formas de ciudadanía. Resistencia zapatista em la región Altos de Chiapas. In: BARONET, B., MORA, M. e STAHLER-SHOLK, R. (coordenadores). **Luchas “muy otras”**. Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas. México: UAM-Xochimilco, CIESAS, UNACH, 2011.

FERREIRA, Javo. **Comunidad, indigenismo y marxismo**. Um debate sobre la cuestión agraria y nacional-indígena em los Andes. El Alto: Palabra Obrera. 2010.

GENNARI, E. **EZLN**. Passos de uma rebeldia; São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HARVEY, Neil. Más allá de la hegemonia. El zapatismo y la otra política. In: BARONET, B., MORA, M. e STAHLER-SHOLK, R. (coordenadores). **Luchas “muy otras”**. Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas. México: UAM-Xochimilco, CIESAS, UNACH, 2011.

LOPEZ Y RIVAS, Gilberto. A antropologia, o etnomarxismo e o compromisso social dos antropólogos. **Sociedad e cultura**. Goiânia, v.14, n.2, p. 473-480/dez. 2011.

LÖWY, Michael. **O marxismo em América Latina**. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3ªed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

SPEED, Shannon. Ejercer los derechos/reconfigurar la resistencia en las Juntas de Buen Gobierno zapatista. In: BARONET, B., MORA, M. e STAHLER-SHOLK, R. (coordinadores). **Luchas “muy otras”**. Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas. México: UAM-Xochimilco, CIESAS, UNACH, 2011.